

**CELESTINO, Tayara Barreto de Souza\***

<https://orcid.org/0000-0003-3867-6949>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta resultados de investigação envolvendo os temas da memória, patrimônio, museus e virtualidades a partir de iniciativas do Instituto Museu da Pessoa, uma pessoa jurídica de direito privado definida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, denominada em Estatuto Social próprio como “Instituto Museu da Pessoa.net”. Trata-se de um espaço aberto ao público, para fins de comunicação, fruição e pesquisa, como são todos os museus do século XXI. Tornou-se possível investigar, a partir das inserções deste espaço em nossas vidas, questões ligadas ao que seriam os “novos patrimônios” em contextos altamente tecnológicos, descolando o conceito da sociologia histórica segundo a qual o patrimônio em cidades são uma decorrência do patrimônio edificado e uma alegoria histórica, uma trilha da história e uma realidade material. Qual o futuro dos patrimônios das cidades, inclusive dos patrimônios históricos e da memória por eles constituída? O que espaços virtuais do tempo presente como o investigado têm a nos dizer sobre temas inter cruzados da memória, da história, do patrimônio, das cidades e da virtualidade? O patrimônio brasileiro tem algo a nos dizer sobre essa realidade? Partindo do patrimônio histórico e material das cidades, visamos introduzir respostas ao emergente tema das memórias e dos novos patrimônios virtuais, considerando experiências brasileiras.

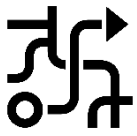
**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Histórias de vida; Patrimônio.

**ABSTRACT:** This article presents research results involving the themes of memory, heritage, museums and virtualities based on initiatives by the “Instituto Museu da Pessoa”, a private law legal entity, defined as a Civil Society Organization of Public Interest and named in its own Articles of Incorporation as “Instituto Museu da Pessoa.net”. It is a space open to the public, for communication, enjoyment and research purposes, as are all museums of the 21st century. It became possible to investigate, based on the insertions of this space in our lives, questions linked to what would be the “new heritage” in highly technological contexts, detaching the concept from historical sociology according to which heritage in cities is a result of built heritage and a historical allegory, a trail of history and a material reality. What is the future of city heritage, including historical heritage and the memory it constitutes? What do virtual spaces of the present time like the one investigated have to tell us about intersecting themes of memory, history, heritage, cities and virtuality? Does Brazilian heritage have anything to tell us about this reality? Starting from the historical and material heritage of cities, we aim to introduce responses to the emerging theme of memories and new virtual heritages considering Brazilian experiences.

**KEYWORDS:** Memory; Life history; Heritage.

---

\* Doutoranda em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFS), mestra em Culturas Populares pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares (PPGCULT/UFS), especialista em Museografia e Patrimônio Cultural pelo Claretiano Centro Universitário (Batatais/SP) e em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, (IFES), bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), licenciada em Artes Visuais pelo Claretiano Centro Universitário (Batatais/SP). Integrante do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (Labeurc-CNPq-UFS). E-mail: tay.celestino@gmail.com.

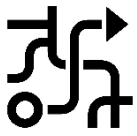


## **INTRODUÇÃO**

A afirmação da missão do Instituto Museu da Pessoa de pretender “tornar a história de vida de cada pessoa patrimônio da humanidade” (RELATÓRIO, 2020, p. 6) nos levou a colocar em revisão o tema do patrimônio, com ênfase na realidade brasileira. Em outros momentos, chamei a atenção para os silêncios das políticas do patrimônio nacional (CELESTINO, 2021), refletindo sobre a elaboração de Reginaldo Gonçalves, segundo o qual o patrimônio é algo bom de se fazer, bom de agir (GONÇALVES, 2007). Mas a experiência do patrimônio brasileiro é marcada por uma variedade de ações, que atravessam principalmente o século XX, tendo sido historicizado ou etnografado por diversos pesquisadores e agentes públicos, para melhor compreendê-lo ou justificá-lo, enquanto a vida cotidiana e o meio comum se impõem a todas as pessoas. Considerando um cenário de menor impacto na historiografia e etnografia do patrimônio nacional, acompanhei, entre 2014 e 2021, as ações e intervenções realizadas em cidades interioranas de Sergipe, estado do nordeste brasileiro não participante ativo dos grandes centros com reconhecimento do patrimônio nacional. Muito mais centrada nas ações das pessoas, enxerguei a possibilidade de se pensar o patrimônio fora dos marcos edificadas, maneira como ele atualmente melhor se expressa alegoricamente e é cultuado historicamente, conforme apontado por Choay (2017). Para o caso do espaço virtual investigado, ficou a interrogação sobre como as mudanças promovidas às memórias narradas das pessoas seriam capazes de tornar cada história de vida um patrimônio da humanidade, já que não estamos diante de um tema necessariamente ligado às representações edificadas do patrimônio, tais como os encontrados nas cidades. Uma alternativa a esta situação seria a busca que o instituto estaria perseguindo de ser visto, ele próprio, como patrimônio, por meio de sua tecnologia voltada à memória. Com isso, pretendendo ser agente de registro de “patrimônios imateriais” em cidades onde sua tecnologia for aplicada ou onde possuir núcleos instalados.

## **DADOS DA INVESTIGAÇÃO E O FUNDAMENTO CLÁSSICO DO PATRIMÔNIO**

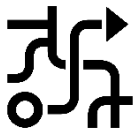
Segundo o relatório de atividades consolidado em 2020, o instituto relatou naquele ano a existência de 8 núcleos ativos e 14 projetos realizados e, considerando o ambiente digital, foram obtidas 39.771 curtidas no Facebook, 11.192 seguidores no



Instagram, 494.692 visualizações no Youtube e 1.710.643 visualizações de suas páginas no *site* do museu (RELATÓRIO, 2020, p. 8). Os números divulgados pelo próprio instituto expressam maior destaque às atividades conduzidas na internet, o que demonstra que a ênfase do patrimônio buscado por meio de suas ações não corresponde ao patrimônio edificado com acervos materiais conforme ocorre em museus tradicionais. A partir da plataforma digital, o museu operacionaliza conteúdos simbólicos e seu fundamento está nas memórias cedidas pelas pessoas ao instituto. Sem o registro dessas memórias, o museu perderia a razão de ser e perderia seu nicho de atuação. Com a sistematização dessas memórias de acordo com os valores definidos em sua tecnologia, o instituto apropria-se das memórias narradas das pessoas e as expõe no acervo como histórias, muitas que chama de histórias de vida das pessoas. Trata-se de uma metodologia para fixar as memórias narradas das pessoas, modificando-as a partir dos critérios de adequação da Tecnologia Social da Memória (TSM).

Essas adequações destacam o positivo, as vitórias, o esforço no trabalho e o desempenho. Entender um sistema de representações e apropriações de elementos imateriais não é uma tarefa simples, mas foi algo conduzido no extenso trabalho de doutoramento realizado por Izabela Tamasso (2007), tendo por palco o cenário cultural vilaboense. Em seu trabalho investigativo, o material e o simbólico estavam dispostos à análise para considerar as “cidades patrimoniais” ou a “cidadania patrimonial”. Mas o material e o simbólico ganharam a dimensão dos dissensos e tensões ocorridos entre moradores e agentes patrimoniais presentes no cenário goiano. A pesquisadora destacou três esferas patrimoniais: a religiosa, a pública e a privada. Além disso, demonstrou, a partir dessas esferas, como a construção da cidade patrimonial após as sucessivas enchentes que “encantavam”, como também castigavam a região, ainda mantinha uma “dissenção” entre “[...] a lógica que subsidia a intervenção dos processos de enobrecimento e a lógica de apropriação dos espaços urbanos pelos vilaboenses tradicionais” (TAMASSO, 2007, p. 381).

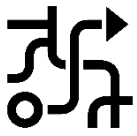
Por esse exemplo de Goiás, é possível dimensionar que, no Brasil, “em nome do patrimônio”, costumam se dar vários processos de enobrecimento de espaços nas cidades, mesmo que as lógicas de apropriação dos espaços de determinada cidade por sua população não sejam exatamente a mesma lógica inserida com a execução



da intervenção patrimonial. Quando as lógicas do enobrecimento decorrentes de justificações em torno do culto de algum patrimônio histórico ou cultural não coadunam com lógicas de sociabilidades nessas mesmas regiões “enobrecidas”, tais fatos sociais se tornam elementos de estudos e pesquisas antropológicas e sociológicas, uma espécie de estudo do patrimônio no Brasil, mas antes disso uma sociologia das cidades. Sem desconsiderar a ocorrência do “plural de cidade”, isto é, “[...] as cidades que existem dentro da cidade [...] os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sócio-urbanas e sua ausência” (FORTUNA; LEITE, 2009, p. 7), essas investigações compreenderam a maneira como o “enobrecimento” avançou em meio às contradições da sociedade brasileira.

As tendências de se formarem bairros de trabalhadores em lugares e espaços destinados às chamadas classes médias, conforme ocorreu em diversas regiões do globo - na Inglaterra, em Nova York, em Paris, entre outras -, o caso brasileiro ainda carrega as problemáticas indicadas por Silvana Rubino, segundo a qual questões sociais como o déficit habitacional brasileiro não seriam um problema para classes mais escolarizadas, o déficit habitacional em nosso país seria um problema específico de classes sociais menos escolarizadas (RUBINO, 2009). Nossas experiências de gentrificação/enobrecimento “transbordaram” em uma variedade de termos e léxicos que se vulgarizaram em sociedade, tais como “revitalização” ou “requalificação” de espaços onde o “poder afirma-se”, não apenas como formas contemporâneas de “higienismo”, mas também sobre o que seria uma maneira de exclusão, já que, segundo expressou, o enobrecimento nas cidades apenas liberta “[...] aqueles que sabem e podem viver nelas” (RUBINO, 2009, p. 37).

Em outro exemplo que articulou os espaços das cidades e as supostas exigências para cultuá-los ou interpretá-los, Cristina Meneguello encerrou seu debate proposto em torno dos “vazios urbanos” com a seguinte reflexão: “O quanto precisamos destes espaços para compreender as cidades? O quanto temos o dever de reinterpretá-los, e onde reside o nosso direito de não reinterpretá-los?” (MENEGUELLO, 2009, p. 135). Nesse caso, o efeito do patrimônio edificado no conteúdo simbólico foi dado de maneira direta, mobilizado pelas reflexões teóricas críticas da história e da memória. Ao questionar o direito de não reinterpretar “espaços vazios”, a autora encerrava a argumentação sobre como histórias e memórias são



narrativas, as quais querem nos induzir a ações específicas tal como a alguma obrigação em recuperar espaços desocupados nas cidades após processos de desindustrialização, desativações, lugares abandonados, empreendimentos desativados, degradados - do ponto de vista da natureza, entre outros -, consideradas zonas mortas (MENEGUELLO, 2009). As perguntas com tendência para negar a obrigatoriedade de recuperação para todos os casos de constatação de “espaços vazios” foram sustentadas após a definição do quanto a memória é, também, esquecimento. Ao mesmo tempo, a reflexão atestou, ainda que indiretamente, a maneira como histórias e memórias produzem efeitos em sociedade. Elas podem mediar a relação entre objetos e cultura, neste caso específico são os chamados espaços vazios com valores nos quais se deseja impor ocupações. Novamente, nos deparamos com um ponto central nesta revisão, que são os laços que unem o tangível com o intangível, o material com o imaterial, em específico o material e o cultural.

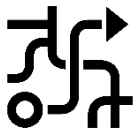
### **O PATRIMÔNIO, A CULTURA E A VIRTUALIDADE DO MUSEU DA PESSOA**

Há várias formulações pretendendo explicar as relações mencionadas, sendo que uma das mais enfáticas vem no dizer que o cultural não explica o social, mas o cultural precisa ser explicado. Conforme Arantes:

Convém reafirmar desde logo que a expressão patrimônio cultural não faz parte do instrumental teórico desenvolvido para interpretar ou explicar o social. Ela designa de fato construções ideológicas – ou representações – que requerem, elas mesmas, explicação. (ARANTES, 2009, p. 11)

De maneira geral, essa elucidação localiza o “cultural” no território do simbólico, a ser explicado a partir de uma base material. Ao mesmo tempo, o simbólico orienta práticas, construções ideológicas, representações, assim como são explicadas por meio de relações materiais tal como o patrimônio edificado e seus efeitos. Com isso, o “cultural” dos “patrimônios culturais” continua exigindo explicações, seja a partir do campo material ou do campo simbólico, a fim de se compreender a maneira como determinadas apropriações e práticas delas decorrentes guardam relações com o material e com o simbólico. São essas as duas relações:

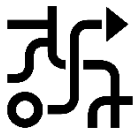
O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades,



entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2007, p. 114)

Essa mediação promovida pelos patrimônios, isto é, a maneira como o patrimônio é usado, inclusive para construir, para formar pessoas, não o retira do domínio simbólico. A compreensão das maneiras como as pessoas “agem”, as explicações e as exposições dessas ações se expressam no vocabulário (léxicos) desenvolvido a partir da análise dos patrimônios edificados e suas mediações no espaço público. Utiliza-se termos como “dissensos” para designar queixas por inclusões e exclusões de regiões para enobrecimento (TAMASO, 2007, p. 521); “contra-usos” a expressar, por exemplo, a prática de um “homem do mangue” em espaços enobrecidos, práticas noturnas de pessoas em uma rua “revitalizada” ou outras táticas para apropriação dos espaços ao ponto de formar paisagens “contra-enobrecidas” (LEITE, 2002, p. 122-9); ou “consumo”, com a passagem do estatuto do patrimônio de “bem simbólico” para o estatuto de mercadoria cultural (LEITE, 2001, p. 17-9). Essas e outras formas de agir das pessoas, mediadas pelo espaço urbano enobrecido após justificações cultuadoras do patrimônio, não deixam de estar “formando pessoas”, apreciemos ou não as resultantes dessas formações. Para o caso brasileiro, a cultura material não isolada da vida das pessoas resulta de uma série de variáveis para investigação, das quais as sociabilidades públicas.

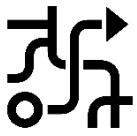
Não há como pensar em sociabilidades semelhantes no espaço da virtualidade. O fundamento das relações sociais nas cidades como a variável que causa efeitos nas elaborações patrimoniais não se repete a ponto de chegar a explicar o conteúdo simbólico veiculado pelo Instituto Museu da Pessoa. Tendo em vista que o fundamento desse patrimônio, em seu aspecto simbólico, transitou das ruas para as redes da internet, não estamos, neste momento, nos referindo ao museu que chamaríamos de tradicional, com endereço físico, com número e rua definidos na cidade, com agentes interessados nos rumos da política cultural das cidades. Dessa maneira, impõe-se a questão sobre qual fundamento possibilitaria o Instituto Museu da Pessoa planejar, por meio de suas ações em torno da Tecnologia Social da Memória (TSM), ser reconhecido por transformar, conforme expressa em seus documentos oficiais, “transformar a história de toda e qualquer pessoa em patrimônio



da humanidade” (CÓDIGO DE CONDUTA, 2021, p. 4). Tendo em vista que o maior impacto de atuação do instituto está localizado em suas ações na virtualidade, como seria possível que tal agenciamento significasse “ganhos” para as cidades, desejadas para se tornarem, nos termos da chamada “ODS 11”, “assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”? (ONU, 2016, p. 32). Em consulta aos documentos produzidos pela instituição, neles a agência do instituto declarou possuir “interesse contínuo” pela temática a partir da Agenda 2030. Em particular, o cenário brasileiro foi observado e caracterizado, a partir de 2010 e após os anos de 2016, como um período de muitos retrocessos, conforme a seguir:

Houve um tremendo retrocesso nas ações de salvaguarda do patrimônio cultural e natural do governo federal, a começar pela decisão de deixar essa agenda sob a responsabilidade do Ministério da Cidadania – que acumulou diversas agendas, entre elas as da cultura – e os já conhecidos cortes nos orçamentos. O PAC das cidades históricas, por exemplo, teve um corte de 18 milhões de reais em seu orçamento de 2010 para 2019 (passou de 168 milhões a 150 milhões de reais). Além da falta de políticas e restrições de orçamento, há deficiências de estrutura e manutenção, o que potencializou a destruição de parte do acervo de oito prédios que preservam importantes patrimônios culturais, históricos e científicos nos últimos dez anos, entre eles o Museu Nacional do Rio e a Cinemateca Brasileira, onde houve incêndios em 2018 e 2016, respectivamente (MUSEU DA PESSOA, 2019, p. 1).

A constatação das restrições orçamentárias com o recuo do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para cidades históricas e outras consequências com destruição de acervos por incêndios formaram as questões introdutórias lançadas nos canais do museu, antes da exposição de seus objetivos específicos. Junto aos problemas orçamentários gerais das cidades históricas, foram apresentados os impactos das restrições impostas aos fundos patrimoniais e à Lei de Incentivo à Cultura, a partir das quais o poder público mantém editais para fomento, seja em processo de conservação, educação patrimonial, festas ou eventos. Mesmo tratando-se de cifras menores que as destinadas às requalificações de espaços urbanos, esse último segmento orçamentário é o ponto central de interesse do instituto. Ao se afirmar, nesse setor, como um fomentador e promotor de ações de conservação e preservação do “patrimônio cultural imaterial”, necessariamente, deseja captar recursos ao museu via apelo de sua missão ao registrar memórias de pessoas. Sem discutir o aspecto edificado dos patrimônios, seu interesse decorre de ações voltadas

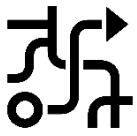


ao que chamou de “patrimônio intangível”, ou seja, as “histórias de vida”, sentimentos e experiências de “todos”:

[...] no Brasil as poucas políticas de preservação do patrimônio intangível, seguindo a tendência da UNESCO, são focadas principalmente na preservação de festas, ritos, tradições e outras manifestações culturais coletivas, muitas vezes esquecendo a dimensão individual desse tipo de patrimônio, grande parte preservado e perpetuado oralmente por pessoas que detêm o conhecimento. Nesse sentido, pode-se considerar um avanço nos esforços de preservação do patrimônio cultural do Brasil o armazenamento, em março de 2019, de cem horas de histórias de vida de brasileiros e brasileiras no Arquivo Ártico Mundial, um repositório da memória mundial a prova de desastres, baseado na ilha de Svalbard, na Noruega. A iniciativa foi possível a partir do apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), firmado antes da atual gestão, ao Museu da Pessoa, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI) que propõe que a história de vida de cada pessoa deve ser considerada um patrimônio da humanidade; e que suas experiências de vida, sentimentos e emoções devem ser fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos, configurando-se, assim, como um poderoso antídoto contra a intolerância e, portanto, um fortalecedor da premissa da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”. (MUSEU DA PESSOA, 2019, p. 1)

Com a ação de depósito de cem horas de “histórias de vida” de brasileiros num arquivo internacional, o Museu da Pessoa elencou um exemplo, que julgou eficaz, de conservação de “patrimônios intangíveis”, mediante o fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se integra às redes voltadas às ações de conservação de editais públicos. A ação não se limitou ao depósito dessas histórias nos perfis institucionais abertos nas redes sociais, mas estabeleceu uma outra relação voltada ao financiamento dessa ação, uma realidade já alertada por Shoshana Zuboff (2018) ao anunciar que muitas das atividades que hoje realizamos “gratuitamente” na internet seguirá, cada vez mais, a tendência de se tornar um insumo a ser comprado e consumido. Eventualmente, não buscamos um lugar “à prova de desastres” ou “mais seguro” que as redes sociais, conforme o argumento lançado na matéria em destaque, para decidirmos onde postamos nossas informações e dados, mas pagamos por incrementos de serviços em ambientes virtuais que requerem custos de espaços materiais (mais memória em “nuvens”) e, mais que isso, desejamos serviços em plataformas e aplicativos digitais (e mais recursos exclusivos de aplicativos) que se tornam coisas pelas quais as pessoas “pagam para ter”, aquilo que a autora chamou de “golpe das pessoas” (ZUBOFF, 2018, p. 49-54). Ou seja, mesmo diante de todas as “perdas” de privacidade,

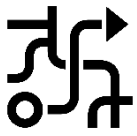




transformada em sigilo em meio ao capitalismo de vigilância, estamos “optando” por fazer uso das ferramentas digitais mediadas por computadores num ambiente onde tudo que dispomos é escoado como dados nas redes de internet em desfavor de nossa já inexistente privacidade, e muitas vezes, pagando por isso. Sem considerar, em nenhum momento, esses aspectos, as memórias registradas e modificadas segundo o padrão da Tecnologia Social da Memória (TSM) foram apresentadas tais como “patrimônios intangíveis”, para os quais, argumenta-se, os governos locais e federal brasileiros deveriam manter fomentos para fins de conservação.

### **UM NOVO PATRIMÔNIO DAS CIDADES?**

As questões que movem as expectativas dos agentes do Museu da Pessoa com o patrimônio nas cidades se traduzem na meta 11.4, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, de “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (ONU, 2016, p. 32). Enquanto o tema do patrimônio edificado constitui parte significativa da experiência brasileira do século XX, a relação que se pretende lançar entre os elementos da “memória” e do “patrimônio” consiste em fazer com que as cidades se tornem “assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2016, p. 20). Dentre outras ações, os agentes do instituto argumentam que haveria a necessidade do trabalho de salvaguarda da memória das pessoas, para “não deixar ninguém para trás” e para melhorar a “conexão” entre pessoas e povos, com inclusão e respeito, com segurança, resiliência e sustentabilidade, frases que fazem lembrar “o poder inteligente”, a operação do poder psicopolítico baseado na “[...] auto-organização e na otimização pessoal voluntárias” (HAN, 2018, p. 28). A meta 11 da Agenda 2030 da UNESCO articula os patrimônios com a execução de planos eficientes de edificação, com programas de habitação entre os países membros para resolução de déficit habitacional, ações de saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, planos para o desenvolvimento urbano das cidades, proteção de florestas, acessos a espaços públicos, planos de segurança contra catástrofes climáticas, diminuição da pobreza e proteção de grupos vulnerabilizados (III RELATÓRIO, 2019, p. 52-55). Nesse amplo contexto, na meta foram inseridas as ações para salvaguarda de



patrimônios culturais, nas quais as ações conduzidas pelo instituto se querem incluídas.

Já houve uma prévia dessa promessa de certificação por meio da UNESNO, não para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11), que trata dos patrimônios “da humanidade”, mas atestando que o instituto pratica educação de qualidade, o que seria uma confusão se considerarmos que o instituto tem realizado ações de educação patrimonial nas escolas e não educação formal. Em todo o caso, a Tecnologia Social da Memória (TSM), neste momento, está certificada graças à aplicação em escolas, em seguida projetada, como dissemos, a vir a ser patrimônio de cidades. Mais precisamente, foi a Rede de Tecnologias Transforma da Fundação Banco do Brasil (FBB) que atestou a Tecnologia Social da Memória (TSM) do Museu da Pessoa por sua aplicabilidade em escolas com crianças. Ou seja, no âmbito da certificação, ela é considerada uma metodologia educativa comunitária e parte da entrada do *cognitenimento*<sup>1</sup> no ensino, substituindo o antigo amor (paixão) pelo saber, algo a ser mediado com ações do instituto nas escolas. A documentação certificadora dá conta de um diagnóstico marcado por outras quatro faltas, que teriam sido superadas:

Educação escolar: Falta de integração entre escola e comunidade.

Desenvolvimento sociocultural: Falta de valorização e uso de habilidades, saberes e conhecimentos locais.

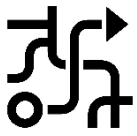
Preservação de patrimônio imaterial: Falta de registro histórico e cultural das cidades e uso em atividades educacionais locais.

Mediação de conflitos: Baixa qualidade nos relacionamentos entre diferentes comunidades e setores da sociedade. (FBB, 2019, p. 1)

Para o Transforma (2019), esses cinco problemas foram elencados como motivadores para a criação da Tecnologia Social da Memória (TSM) para “[...] estimular pessoas e organizações a produzirem projetos coletivos de memória a partir de histórias de vida, valorizando as experiências e os saberes de todas as pessoas, com o objetivo de impulsionar processos de mudança nas relações sociais” (FBB, 2019, p. 1). Em que pese a seriedade do grupo “Transforma”, a afirmação de

---

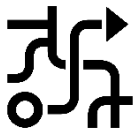
<sup>1</sup> O termo, um neologismo cunhado por Han (2019a), pretende promover uma diferenciação do que chamamos de entretenimento destinado à ocupação do tempo livre em relação ao trabalho moderno: “*Seria até pensável um cognitenimento. Esse casamento híbrido de saber e entretenimento não está necessariamente ligado ao tempo livre*” (HAN, 2019, p. 201).



superação desses problemas educacionais é muito questionável. Uma Tecnologia Social da Memória (TSM) seria capaz de suprir ou compensar a ausência de tantos aspectos complexos como a falta de educação e de preservação do patrimônio imaterial em escolas? A aferição desses sucessos se deu por meio de questionários “coletores de dados contratados” quando é muito possível se ter perguntas e respostas “filtros” (BECKER, 2022, p. 255-60). Qualquer que tenha sido a maneira, após a aplicação dos procedimentos de avaliação externa, aferiu-se seis, entre sete índices com resolutividade acima de 70%, atribuindo-se a relevância: na formação de educadores, na partilha de projetos didáticos com os alunos, na valorização das comunidades, em ter histórias de vida como fontes, na valorização da participação dos alunos e na melhoria da relação entre educadores e alunos.

A declarada possibilidade de implantação da Tecnologia Social da Memória (TSM) em diversas áreas temáticas além da educacional coaduna com a visão prescrita de que poderíamos pensar no Museu da Pessoa como uma unidade aberta ao público no interior de um organograma de um instituto que também acumula décadas de serviços prestados de interesse público, notadamente os relacionados às histórias empresariais. Do ponto de vista do desenvolvimento local, buscou-se alinhar o conceito e a denominação do museu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), de cidades e comunidades sustentáveis, participando da execução da estratégia 11.4, da ONU, já mencionada. Nesse caso, a argumentação geral é de que as memórias, não importando se individuais, comunitárias ou empresariais, seriam patrimônio imaterial da humanidade. Construí-las, organizá-las e socializá-las por meio da Tecnologia Social da Memória (TSM) seria uma ação de alta proteção e salvaguarda.

Contrariando o argumento de que Tecnologias Sociais (TS) são criadas para aplicação exclusiva em comunidades vulneráveis do ponto de vista econômico, Karen Worcman considerou, de outra maneira, que a Tecnologia Social da Memória (TSM) guarda a condição de ser aplicada em quaisquer contextos sociais. A tecnologia segue sendo aplicada no registro da memória de várias empresas que detêm boa soma dos recursos financeiros disponíveis para custeio de desenvolvimento de produtos e comunidades humanas. Ao mesmo tempo, esse é o caráter transnacional que marca a tecnologia, há muito empregada em registro de histórias empresariais. Sua visão



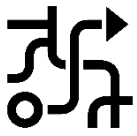
chega a ser confrontadora ao modelo anterior de registro de memórias controlado por nações, exatamente por meio de instituições acadêmicas universitárias ou não universitárias. A memória empresarial guardaria inclinações transnacionais, enquanto as memórias ligadas às nações carregariam esta marca de terem acirrado no passado rivalidades e revanchismo entre países, sem falar em crises de diplomacia e guerras:

Portanto, uma abordagem “trans” da memória (como transnacional, transcultural, e como memória em transição) é diferente desses estados-nação com entendimentos fixos da memória cultural coletivamente produzida e interpretada. Ou seja, a memória ligada a lugares, locais, objetos, mídia ou ritos estão para o benefício de uma “comunidade imaginada” [...]. O que oferecemos aos teóricos da memória é uma aplicação dessas ideias de transferência, conforme informadas por nossos colaboradores e profissionais. Há transferências de memória fora dos modos estatais de representação cultural: entre membros da família (geração de memórias), entre políticas culturais (transferência de memória do museu para o mundo corporativo, por exemplo), entre paisagens e o humano (em ambiente mudança total). Não podemos, então, presumir que comunidades ou sociedades não sabem como lembrar corretamente somente porque não se envolveram em práticas de memórias culturais definidas como “memória mundial” pela UNESCO. (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, p. 26-7). Tradução nossa<sup>2</sup>

Com os argumentos laçados no livro *Social Memory Technology* (2016), editorado diretamente em língua inglesa e sem versão até o momento no mercado editorial brasileiro, entende-se para qual público a idealizadora e criadora de seu museu e da tecnologia tem se dirigido. É para o público internacional pretende suplantar os argumentos que pretendiam invalidar seus registros comparativamente aos padrões acadêmicos ligados ao campo da história, sua primeira formação. Com o posicionamento de uma empresária integrada ao mundo corporativo, Karen Worcman vai tecendo justificações para propor a legitimação da atuação do instituto, do museu e da tecnologia, planejando um caminho para patrimonializar suas criações

---

<sup>2</sup> Texto de referência: *Therefore, a 'trans' approach to memory (as transnational, transcultural and as memory in transition) is different from these nation-state and Rather fixed understandings of cultural memory as collectively produced and performed. That is, memory as tied to places, locations, objects, media or rituals for the benefit of an 'imagined community,' [...] What we offer theorists and practitioners of memory is an application of these ideas of transfer, which are very much informed by our personal and professional collaboration. There are transfers of memory outside of cultural representational modes: between family members (generational memory), between cultural policies (memory transfer from the museum to the corporate, for example), between landscape and human (in environmental change). We cannot, then, assume that communities or societies do not know how to remember properly just because they have not engaged in the cultural memory practices that are defined as 'world memory' by UNESCO (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, p. 26-7).*

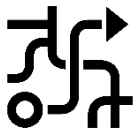


em escala supraestatal, pressupondo o atravessamento do modelo empresarial em vários territórios, desde as histórias dos indivíduos do agora, em nossa sociedade neoliberal, até as interações que ela enxerga serem cada vez mais possíveis e viáveis entre ambientes empresariais e a própria museologia social.

Os chamados “patrimônios culturais” contemplados na meta 11 da Agenda 2030 também estão em decorrência da cultura material encontrada nas cidades, eles não existem em isolamento e de maneira descolada da infraestrutura material que garante a sobrevivência e a vivência de cidadãos. A regularidade entre a afirmação desse tipo de patrimônio e as representações edificadas se mantém no documento base da UNESCO para inspiração de seus países membros e signatários. Mas as ações pretendidas para execução para salvaguarda da “memória” fixada como “patrimônio intangível” estão sendo justificadas, ou tentando ser justificadas, como parte de um universo em que se deseja alcançar a salvaguarda da “memória mundial” (WORCMAN; GARDE-HANSEN, 2016, p. 27), de maneira tal que a existência prévia de um museu exclusivamente dedicado ao registro dessas “memórias” seria classificada como indispensável. A trama aqui arquitetada não passou pelo debate ético a respeito dos problemas da privacidade em uma sociedade que já é de vigilância, mesmo com o respeito aos termos de autorização empregados e que garantem a legalidade das ações. Independentemente dessas questões, “memórias” são fixadas segundo o padrão da Tecnologia Social da Memória (TSM) como “patrimônios” intangíveis, imateriais ou culturais, aproveitando-se dos recursos disponíveis nas redes de computadores, já totalmente integrados às tecnopolíticas da vigilância. Nesse caso, todavia, o objetivo final não consiste no “controle” pela vigilância, mas atua conforme a prática de autoexposição, pretendendo-se, com isso, produzir efeitos na percepção de um tipo de patrimônio e movendo, junto a esse efeito, uma cadeia de fomento.

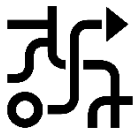
## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A declarada possibilidade de implantação da Tecnologia Social da Memória (TSM) em diversas áreas temáticas além da educacional coaduna com a visão prescrita de que poderíamos pensar no Museu da Pessoa como uma unidade aberta ao público no interior de um organograma de um instituto que também acumula



décadas de serviços prestados de interesse público, notadamente os relacionados às histórias empresariais. Do ponto de vista do desenvolvimento local, buscou-se alinhar o conceito e a denominação do museu aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), de cidades e comunidades sustentáveis, participando da execução da estratégia 11.4, citada no texto Nesse caso, a argumentação geral é de que as memórias, não importando se individuais, comunitárias ou empresariais, seriam patrimônios imateriais da humanidade. Construí-las, organizá-las e socializá-las por meio da Tecnologia Social da Memória (TSM) seria uma ação de alta proteção e salvaguarda.

Estaríamos diante de uma nova sedução da memória voltada para a patrimonialização de histórias de vidas de pessoas, de memórias selecionadas, sistematizadas em acervo e disponibilizadas para todos que assim a quiserem conhecer? Esse seria o futuro do patrimônio das cidades, não mais a alegoria do patrimônio edificado e suas construções históricas. No lugar dele, seria a virtualidade da memória, a virtualidade de um museu que só existe na internet até o limite do mundo virtual atravessando todos os aspectos de nossas vidas? As cidades do futuro serão essas, não mais “lugares onde”, mas lugares “em que”; isto é, não mais teríamos patrimônios físicos, para apenas quisermos fruir dos patrimônios virtuais, assim como já são virtuais as conversas online, as salas remotas, as reuniões em que todos estão em home office, as compras de pacotes de serviços e aplicativos que existem somente para serem vistos, os passeios virtuais em museus e cidades, as imersões em tecnologias com óculos especiais e todas as demais vertigens de um mundo que não mais se apresenta a partir do toque e da pedra e cal? O que o estudo e a pesquisa sobre o Instituto Museu da Pessoa tem a nos dizer sobre esse futuro? Os novos patrimônios da humanidade nunca serão virtuais ou eles, neste momento, já o são? Considerando a realidade brasileira, existe uma tentativa de que esses conceitos sejam reconsiderados, que os patrimônios da humanidade não fiquem mais restritos ao fundamento material das ruas, prédios e palácios, que variem da segunda alternativa decorrente da primeira, do patrimônio cultural que poderia estar colado a coisas, a saberes ou a pessoas. Estaríamos além da simples autoexposição das pessoas, diante de uma cadeia de fomento articulando não as velhas seduções da memória (HUYSSSEN, 2000) e não o movimento histórico conhecido envolvendo



memória, história, nação e patrimônio (CHUVA, 2017), mas uma nova realidade da virtualidade das coisas.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

BECKER, Howard. *Evidências: sobre o bom uso de dados em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. Silêncios das Políticas do Patrimônio Nacional e Experiências de Políticas Locais. In: *Textos Completos III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio*. Porto/Portugal: Editora Cravo, 2021.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação liberdade/Unesp, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CÓDIGO DE CONDUCTA. Instituto Museu da Pessoa.net, aprovado pela Assembleia Geral em 13/12/2021.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

FBB. Fundação Banco do Brasil. *Tecnologia social da memória (Tsm)*. 2019. Disponível em <<https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/tecnologia-social-da-memoria-tsm>>, acesso em 09 de novembro de 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, memória e etnicidade: reinvenções da cultura açoriana. In: *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

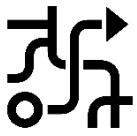
HAN, Byung-Chul. *Bom entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2019.

\_\_\_\_\_. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

III RELATÓRIO luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Grupo de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030. Brasil, 2019.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na manghetown*. In: RBSC, vol. 17, n. 49, junho/2002.



\_\_\_\_\_. Entre a nação e os lugares: notas sobre o patrimônio, espaço público e consumo cultural. In: *Revista TOMO*, n. 4, 2001.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

MUSEU DA PESSOA. Patrimônio natural e cultural em perigo. In: ACERVO.museudapessoa.net, 2019. Disponível em <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/explore/noticias/patrimonio-natural-e-cultural-em-perigo>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

ONU. *Transformando o nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2016. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf)>. Acesso em 15 de junho de 2024.

RELATÓRIO de atividades. *Museu da Pessoa*, 2020. Disponível em <[https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/08/MuseudaPessoa\\_relatorio\\_de\\_atividades\\_2020.pdf](https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/08/MuseudaPessoa_relatorio_de_atividades_2020.pdf)> Acesso em 07 de agosto de 2021.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009.

TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília, 2007.

WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology: theory, practice, action*. New York: Routledge, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para a civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda [et. al.]. *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em 20/03/2024

Aprovado em 07/06/2024.